

CIDADES E ALTERNATIVAS SOCIAIS NA ECONOMIA GLOBAL

Neiva Otero Schäffer*

“O que é preciso compreender, nos dias que correm, é que a globalização da economia não está em disputa. Ela já ocorreu. O que resta saber é como os povos e os países vão disputar o seu espaço num processo já realizado”

Tarso Genro

Na busca de alternativas dirigidas com maior atenção às questões sociais, crucialmente presentes no processo de globalização, é indispensável a atuação das cidades através de suas representações políticas e sociais. Tal posição sustenta-se na argumentação de que é possível um novo patamar de desenvolvimento e integração entre as nações baseado na democracia e na participação. Conforme os termos do compromisso assinado por dirigentes de cidades do Mercosul (julho de 1996), “...é nas cidades que as populações convivem com o poder público de uma maneira mais próxima e direta e são os municípios que têm maior capacidade para reunir as energias da sociedade necessárias à solução dos problemas socio-econômicos das populações.”

A globalização, como fenômeno de integração econômica e tecnológica de países, é um movimento de transformação social e de produção. O crescimento espetacular das finanças e a importância do papel dos investidores institucionais são as principais forças por trás da globalização dos mercados, uma das faces mais perversas da globalização de feição liberal, segundo Arruda (1995). Para ele, esta globalização financeira tira dos estados e das sociedades o poder de financiar seu desenvolvimento. No plano institucional destaca-se a importância do Banco Mundial e do FMI que, a serviço dos países centrais, têm pressionado a abertura das economias no mundo inteiro, promovendo o distanciamento do Estado das ações voltadas ao atendimento de pautas sociais.

Os discursos que encaminham para alternativas que, mesmo admitindo a permanência do modelo capitalista de espectro global, contemplem menor disparidade social acentuam o papel do espaço local e a valorização do individual, dando ênfase à articulação na cidade - em especial nas grandes cidades - e entre cidades.

Alain Touraine (1995; p. 13), ao apontar a comodidade de uma exposição simplificada sobre a globalização, discute os contrastes que estão imbutidos no processo. Indica duas situações básicas: uma é o crescente dualismo na quase totalidade dos países quanto à participação da população nacional no consumo global (exclusão de 20% da população nos países ricos; de 50% na América Latina; de 80% na África), cifras que segundo ele “...faz o tema globalização ser mais ideológico que descritivo...” A palavra

* Professora no Departamento de Geografia da UFRGS, Porto Alegre/RS/Brasil.

descritivo parece ser aqui não um depreciativo a este procedimento, mas um alerta sobre a necessidade de efetivamente caracterizar o processo e suas repercussões nas diversas escalas espaciais, inclusive e sobretudo naquela que nos cerca: o espaço banal, aquele que para M. Santos (1996) “...é o espaço de todos os alcances, de todas as determinações; o espaço banal é o espaço de todos os homens, não importam as suas diferenças; o espaço banal é o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço banal é o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. E é este espaço banal que é o espaço da geografia, diferente, pois, dos espaços adjetivados.”

Um outro ponto que Touraine situa quanto à exposição econômica ou comercial do entendimento da globalização diz respeito a uma aparente contradição entre o que se esperava quanto à expansão do papel “unificador” do modelo difundido pela Trilateral e que se refere à eventual interdependência crescente do mundo sob a égide das ramificações dos grandes, como a América do Norte, a Europa, o Japão e os tigres) e sua efetiva fragmentação interna, gestando grandes blocos, pólos concorrentes entre si, capazes de gerenciar, inclusive, sociedades singulares. Tanto uma situação (disparidade no consumo) quanto a outra (fragmentação) têm sido gestadas pelos agentes hegemônicos, sem vínculos fortes com o espaço local. Mas é neste, e sobretudo nas cidades, que é possível a articulação de agentes capazes de dar uma nova dimensão ao processo, atendendo às demandas sociais e contrapondo-se às características meramente econômicas da internacionalização veloz da economia. O reconhecimento das características gerais da globalização e dos procedimentos de seus agentes é necessário à adequada tomada de decisões voltadas à reversão do quadro social.

Entre as diversas características associadas ao processo de globalização (seja da economia, da informação ou da sociedade) algumas merecem atenção no que tange aos efeitos nos recortes regionais. Conforme Arruda (1995) um deles é o que se refere à “essência totalitária da globalização competitiva (que) se expressa na abolição de todo e qualquer projeto de desenvolvimento que não seja centrado no mercado e no capital”. Lançam-se, assim, uns contra os outros, trabalhadores, empresários e governantes. O mesmo autor aponta, também, o fato do processo promover “um desenvolvimento exógeno e centrífugo, ...(que) sacrifica a diversidade e a soberania, e que globaliza às custas do nacional, do local, do diferente, do singular”. O processo em marcha faz crescer o privado em detrimento do Estado e de seu papel no atendimento às demandas sociais. Aos governos tem sido destinado o papel de divulgador da globalização da economia como única alternativa viável ao desenvolvimento.

Os efeitos da globalização verificam-se ao nível local na deterioração das condições de trabalho e nas dificuldades de reprodução da classe trabalhadora, o que se estende a setores cada vez mais amplos, tanto no Brasil, quanto no continente. Dados sobre o empobrecimento massivo do país são alarmantes: 10% da população - os mais ricos - com mais de 50% da renda; 40% da população, os mais pobres, com menos de 7% da renda nacional. O que avulta é a desfaçatez dos mais ricos e sua estonteante despreocupação com a pauperização de percentuais crescentes de desassistidos, o que nutre um crescente abismo entre pobres e ricos e enfraquece as organizações de trabalhadores. Esta diferença entre ricos e pobres, acentuada com a globalização, é apontada inclusive pelo Banco Mundial, um dos atores do processo. Dados da ONU (1996) exemplificam dramaticamente o processo de concentração de renda entre países e entre pessoas: 368 indivíduos, reunindo

as maiores fortunas do planeta, contam com um total em dólares superior à renda acumulada de 2,3 bilhões de pessoas, pouco menos que a metade da população do planeta.

O poder global está hoje resumido a algumas centenas de megaempresas, um pequeno número de governos poderosos e às instituições multilaterais, que pressionam pelo cancelamento de regulações que podem oferecer restrições ao funcionamento do mercado em escala global e que ignoram, arrogantemente, as implicações sociais de suas ações. A globalização toma forma como o espaço virtual de expansão do livre mercado, processo cujo objetivo maior é o de criar novas condições para o crescimento da acumulação privada do capital, protagonista principal do fenômeno.

Três traços marcam este cenário e são fundamentais ao entendimento da construção de novos espaços territoriais: o aumento da autonomia do capital (inclusive como mercadoria) e a autonomização do setor financeiro em relação a outros; o aumento da fluidez territorial; e a intensificação do movimento do capital em direção à conglomeração. Nestes novos cenários estão os equipamentos das cidades globais e dos entroncamentos de transpostes, sobretudo em fronteiras (entre elas os portos), e os berçários tecnológicos. Como a movimentação dos capitais se dá em direção aos espaços mais férteis para sua germinação, acentuam-se as tendências territoriais concentradoras, as disparidades regionais e a importância dos centros urbanos maiores.

Desacelerar essa tendência e abrir uma brecha para um desenvolvimento alternativo apresenta-se como um compromisso que deve ser assumido ao nível da articulação de espaços menores, haja vista a redução do papel do estado-nação nesta pauta. As palavras de M. Santos (1996) são orientadoras quanto ao papel da cidade na construção do espaço cotidiano de vida: “Cada homem, cada empresa, cada instituição se define em relação com o que pode usar de um espaço dado. As instituições, as empresas, os homens não encontram no mesmo espaço três respostas iguais aos seus desígnios e é isto que faz a diferença entre as pessoas: esta diferença em relação ao espaço criando esta cooperação no conflito e este conflito na cooperação, porque numa cidade estamos condenados a viver juntos. A cidade produz um destino coletivo que vem do fato exatamente desta cooperação no conflito e deste conflito na cooperação. É curioso que o papel privilegiado do ponto de vista do presente é dado aos atores hegemônicos, mas do ponto de vista do futuro o papel privilegiado é dado aos atores não hegemônicos. São os pobres, são os migrantes, as minorias que são mais capazes de ver, porque mais capazes de sentir. Por conseguinte, é um equívoco imaginar que o futuro é portado pelos mais fortes. São os mais fracos, no espaço, que têm a força de portar o futuro.”

A esquerda, via de regra, vem se manifestando refratária ao processo de globalização, desconfiada de seus efeitos e acuada pela violência da difusão do discurso globalizante, não vendo, conforme analisa o deputado José Genoíno (Zero Hora, 08/07/95), que o fenômeno é estrutural e objetivo e que engloba várias pautas, afetando o dia-a-dia de todos, do cidadão comum à existência do Estado.

Ideologicamente, a globalização, disseminada pela mídia e assumida pelos governos centrais, surge como alternativa única e que não deixa divisar qualquer outro caminho que não o da abertura para o exterior. A importância do plano ideológico - presente no discurso neo-liberal que dá sustentação às mudanças econômicas - para o avanço do processo de

globalização transparece em muitos pontos, sobretudo na passividade, na não reação à violência das mudanças, consideradas inevitáveis.

Como afirma Anderson (1995, apud Moreira), “...economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, ...Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas.”

Por outro lado, vários são os autores que destacam os grandes eventos globais, como a Conferência de Pequim, em 1995, e o Habitat II, em 1996, como caminhos indicativos para as agendas sociais. Isto é, em certa medida a perspectiva global e seus instrumentos de ação democratizam a agenda internacional abrindo espaço para novos participantes (ONGs, sociedades civis). Oportuniza-se a cooperação internacional, o acesso aos benefícios tecnológicos e a solução mundializada de problemas globais, como os da pobreza e do meio-ambiente. Esta é uma dimensão humanista e universalista, a da “mundialização da cidadania”, o que implica rever a reestruturação dos organismos internacionais, organizar novos e confrontar com os atuais que atentam contra arranjos seletivos e que excluem soluções para o conjunto da humanidade. Uma alternativa democratizadora ao neoliberalismo não pode prescindir de mudanças institucionais na organização política e do Estado. Ou, como afirma Genro (1995) “A postura dos partidos de esquerda perante os governos locais, naquilo que refere às novas exigências abertas pela internacionalização capitalista, deve ser reformulada para sairmos de uma política de perplexidade negativa para uma ação de disputa estratégica.”

O enunciado de propostas de reação aos efeitos locais e regionais da globalização são, no entanto, incipientes. Começam a esboçar-se recentemente e, muitas delas, surgem com aparência forte de utopias. Arruda (1995) lista algumas possibilidades. Cita, entre elas:

- as propostas de desenvolvimento centrados nas potencialidades comunitárias, com base em iniciativas de associação e cooperação, no conhecimento mútuo e no estabelecimento de objetivos comuns;
- a democratização e o fortalecimento das instituições locais, nacionais, regionais e globais, capazes de fazer vigorar regras de conduta, com regulações e sanções aos agentes econômicos individuais, com respeito a um contrato social global voltado ao bem-estar e ao desenvolvimento da sociedade; e
- a preservação, através de poupança interna, e a democratização da capacidade da União, dos estados e dos municípios para gerar seu desenvolvimento, promover a auto-organização e a autogestão das comunidades e para redefinir o papel do estado, como orquestrador do desenvolvimento do conjunto da economia e da sociedade.

Estas propostas sustentam-se na idéia que a globalização, ao relativizar a importância dos estados-nações, vem fazendo emergir novos sujeitos atuantes no contexto das relações internacionais. No quadro inclui-se, segundo Genro (1995), “...a importância econômica que advém de uma nova autonomia das cidades e a conseqüente possibilidade

de exercer esta nova autonomia em benefício das populações locais, a partir de um projeto democrático de governo.” Tal encaminhamento permitiria uma ligação de ações econômicas locais, proporcionando relações diretas de setores sindicais e empresariais locais com parceiros de outros centros do mundo. Estes setores deixam de ser meros pacientes do processo e passam a ser, no âmbito da cidade, geradores de emprego, trabalho e tecnologia, parte ativa da vida da cidade.

Em relação aos blocos regionais, como é o caso do Mercosul, o processo de integração tem estado afeto aos governos centrais, relegando-se um papel quase nulo aos estados, às províncias, aos municípios e à sociedade civil, sujeitos subordinados. No entanto, paralelamente à difusão tecnológica a serviço da produção, evidencia-se a possibilidade de emprego destes mesmos recursos a serviço da sociedade. A democratização dos recursos tecnológicos, a cooperação internacional no campo social, coloca-se como via de arrefecimento do processo global no que tem de segregador e excludente.

Tendo presente o cenário criado pela globalização e o papel seletivo das grandes cidades como sedes de investimentos e, paralelamente, como centros de atenção aos efeitos desencadeados pela economia global é que está sendo gestada a rede de cidades do Mercosul, ou o projeto Mercocidades, um exemplo de estratégia que articula poderes locais.

O projeto, acordado em 1995, reúne numa rede cerca de vinte das maiores cidades do Mercosul e países associados. Constitui um fórum ou rede de cidades da região voltado a localizar alternativas para a população residente nas grandes cidades tendo presente o contexto atual e uma diversidade de pautas. Visa articular os interesses comuns dos municípios pólos envolvidos, gerando uma dinâmica integradora entre eles com vistas à cooperação e ao intercâmbio, trazendo para o processo de integração regional outros atores, até agora dispersos. Representa, efetivamente, um esforço de cooperação e intercâmbio prático tendo por pano de fundo a crise do estado-nação e a perspectiva da valorização do poder do lugar. Tentando romper com a essência autoritária do processo global cogita alternativas democráticas para a participação na escala da cidade e entre as cidades de um dado espaço regional. No fórum, as cidades envolvidas passam a assumir seu papel de protagonistas no processo de integração.

Este projeto, em processo de implantação, mas já contando com ações concretas, exemplifica um dos caminhos que, alienando o poder central, busca nas forças locais estratégias de representação no espaço regional e global e saídas mais democráticas e justas para os segmentos sociais não atendidos.

Bibliografia Básica:

- ARRUDA, M. Globalização e ajuste neoliberal: riscos e oportunidades. Tempo e presença: ajustes e desajustes - efeitos do neoliberalismo no Cone Sul. Koinonia: São Paulo, Ano 17, n. 284, nov/dez, 1995
- CASO, M. V. FERNANDEZ e CICCOLELLA, P. J. Integración Latinoamericana en un nuevo contexto: algunas reflexiones sobre el caso argentino-brasileño. Mérida (Venezuela): Instituto de Geografía (ULA) y Colegio de Geógrafos de Venezuela, 1993
- CASTRO, M. S. P. Mercosul, estágio atual e perspectivas. Tempo e presença: ajustes e desajustes - efeitos do neoliberalismo no Cone Sul. Koinonia: São Paulo, Ano 17, n. 284, nov/dez, 1995
- GENRO, TARSO. A política de relações internacionais da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA, 1995
- MOREIRA, FLÁVIO BARBOSA. Parâmetros curriculares nacionais: em busca de alternativas. Revista de Educação, 1996
- SANTOS, M. Por uma Geografia cidadã. Palestra proferida no XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia. UPF: Passo Fundo, maio de 1996
- SCHÄFFER, N. O. Fronteira e globalização. In CASTELLO, I e outros (org.) Áreas de fronteira: práticas de integração. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1995 (no prelo)
- TOURAINÉ, ALAIN. Um mundo em pedaços. Folha de São Paulo, 13 de agosto de 1995, p.13